

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA FAZENDA II VARGINHA
DELEGACIA FISCAL -2º NÍVEL/EXTREMA
INTIMAÇÃO

Nos termos dos artigos 10 e 93 do Regulamento do Processo e dos Procedimentos Tributários Administrativos (RPTA), aprovado pelo Decreto nº 44.747/08, e tendo em vista a devolução pelos correios da correspondências referentes às respectivas intimações, sob a justificativa de “Desconhecido”, fica a Sra. EDNEA APARECIDA GABELINI, CPF nº 052.402.156-26, atualmente em local, ignorado, incerto ou inacessível, intimado a promover, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta publicação, o pagamento, o parcelamento ou a impugnação dos créditos tributários constituídos por meio dos Autos de Infração Eletrônico (e-PTA), a seguir relacionado, sob pena de revelia e reconhecimento do respectivo créditos tributários, circunstância em que o referido e-PTA será encaminhado para inscrição em dívida e execução judicial, e-PTA nº 01.004705610-58.
Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos na Administração Fazendária de Extrema- Extrema- MG, através do e-mail afextrema@fazenda.mg.gov.br; dfextrema@fazenda.mg.gov.br.
e-PTA nº 01.004705610-58
Sócia/Coobrigada: EDNEA APARECIDA GABELINI
CPF: 052.402.156-26.
Endereço: Av. Tancredo de Almeida Neves, nº 221 Jardim Santa Rita
CEP: 37640-001 – Extrema – MG.
Extrema, 21 de janeiro de 2026.
Silvio Roberto Auricino
Delegado Fiscal

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA FAZENDA II VARGINHA
DELEGACIA FISCAL 2º NÍVEL/EXTREMA
INTIMAÇÃO

Nos termos dos artigos 10 e 93 do Regulamento do Processo e dos Procedimentos Tributários Administrativos (RPTA), aprovado pelo Decreto nº 44.747/08, e tendo em vista a devolução pelos correios da correspondências referentes às respectivas intimações, sob a justificativa de “Desconhecido”, fica a Sra. JÉSSICA ASSAIANTE, CPF nº 408.871.458-09 e Sr. GUILHERME HENRIQUE LIMEIRA RODRIGUES ORTIZ 295.619.928-50, atualmente em local, ignorado, incerto ou inacessível, intimados a promoverem, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta publicação, o pagamento, o parcelamento ou a impugnação do crédito tributário constituído por meio do Auto de Infração Eletrônico (e-PTA), a seguir relacionado, sob pena de revelia e reconhecimento do respectivo créditos tributários, circunstância em que o referido e-PTA será encaminhado para inscrição em dívida e execução judicial, e-PTA nº 01.004542129-31.
Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos na Administração Fazendária de Extrema- Extrema- MG, através do e-mail afextrema@fazenda.mg.gov.br; dfextrema@fazenda.mg.gov.br.
e-PTA nº 01.004542129-31
Sócia/Coobrigada: Jéssica Assaiante
CPF: 408.871.458-09
Endereço: Rua do Moinho, nº 536 – Casa B- Bairro Monte Verde.
CEP: 37653-000 – Camanducaia – MG.
Sócio/Coobrigado: Guilherme Henrique Limeira Rodrigues Ortiz.
CPF: 295.619.928-50
Endereço: R. Das Chácaras, nº 95 – Dsit. De Monte Verde
CEP: 37653-000 – Camanducaia – MG.
Extrema, 21 de janeiro de 2026.
Silvio Roberto Auricino
Delegado Fiscal

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA FAZENDA II VARGINHA
DELEGACIA FISCAL - 2º NÍVEL/EXTREMA
TERMO DE CIENTIFICAÇÃO

Comunicamos que nos termos do art. 55, § 2º, inciso I, da Lei nº 6.763/75, com redação dada pelo art. 5º e vigência estabelecida no art. 18, inciso II, ambos da Lei Estadual nº 25.378 de 23 de julho de 2025, o lançamento concernente ao e-PTA em referência foi alterado por esta Delegacia Fiscal, para ajustar o valor da multa isolada ao novo limite de 50% do valor do imposto incidente na operação ou prestação, em decorrência da retroatividade dos efeitos de “lei mais benéfica”, nos termos do art. 106, inciso II, alínea “c” do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172/1966).
As modificações resultaram em uma redução no valor total da multa isolada lançada e os documentos que demonstram as modificações realizadas no lançamento foram incluídos no e-PTA.
Ressaltamos que esta identificação NÃO implica na reabertura de prazo para aditamento da impugnação ou pagamento, devendo o crédito tributário seguir seu curso normal de tramitação administrativa.
Persistindo ainda alguma dúvida, acesse o canal Fale Conosco/ Assunto/ICMS – PTA ELETRÔNICO> (e-PTA), endereço http://formulario.faleconosco.fazenda.mg.gov.br/sefatendweb/pages/faleconoscoFormulario.xhtmll
e-PTA nº 01.004187626-84
Sócio/Coobrigado: Leonardo da Silva Oliveira
CPF: 058.631.106-86
Endereço: Estrada Municipal Pedro Rosa da Silva, nº 63 – Morro Grande - CEP: 37647-276 – Extrema – MG.
Extrema, 21 de janeiro de 2026.
Silvio Roberto Auricino
Delegado Fiscal

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA FAZENDA II VARGINHA
DELEGACIA FISCAL - 2º NÍVEL/EXTREMA
TERMO DE CIENTIFICAÇÃO

Comunicamos que nos termos do art. 55, § 2º, inciso I, da Lei nº 6.763/75, com redação dada pelo art. 5º e vigência estabelecida no art. 18, inciso II, ambos da Lei Estadual nº 25.378 de 23 de julho de 2025, o lançamento concernente ao e-PTA em referência foi alterado por esta Delegacia Fiscal, para ajustar o valor da multa isolada ao novo limite de 50% do valor do imposto incidente na operação ou prestação, em decorrência da retroatividade dos efeitos de “lei mais benéfica”, nos termos do art. 106, inciso II, alínea “c” do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172/1966).
As modificações resultaram em uma redução no valor total da multa isolada lançada e os documentos que demonstram as modificações realizadas no lançamento foram incluídos no e-PTA.
Ressaltamos que esta identificação NÃO implica na reabertura de prazo para aditamento da impugnação ou pagamento, devendo o crédito tributário seguir seu curso normal de tramitação administrativa.
Persistindo ainda alguma dúvida, acesse o canal Fale Conosco/ Assunto/ICMS – PTA ELETRÔNICO> (e-PTA), endereço http://formulario.faleconosco.fazenda.mg.gov.br/sefatendweb/pages/faleconoscoFormulario.xhtmll
e-PTA: Nº 01.004108957-31
Sócio/Coobrigado: Fernando Messias de Oliveira
CPF:137.918.926-81
Endereço: R. José Higino de Carvalho, nº 35 – Vila Santo Antônio.
CEP: 37600-000 – Cambuí – MG.
Extrema, 21 de janeiro de 2026.
Silvio Roberto Auricino
Delegado Fiscal

22 2171691 - 1

Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias

Secretário: Pedro Bruno Barros de Souza

Expediente

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEINFRA/ARTEMIG
Nº 01, 23 DE JANEIRO DE 2026

Estabelece diretrizes obrigatórias para a incorporação de ações de mitigação dos impactos ambientais, adaptação e resiliência às mudanças climáticas e gestão dos impactos sobre comunidades afetadas nos contratos de delegação de serviço público no âmbito do Sistema de Infraestrutura de Transportes do Estado de Minas Gerais (SIT-MG), visando ao enquadramento em projetos prioritários para fins de emissão de debêntures incentivadas e de infraestrutura.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA, MOBILIDADE E PARCERIAS DE MINAS GERAIS – SEINFRA MG E O DIRETOR GERAL DA ARTEMIG - AGENCIA REGULADORA DE TRANSPORTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS no uso das atribuições conferidas pelo art. 93, §1º, da Constituição do Estado e considerando o disposto nos art. 32 e 33 da Lei Estadual nº 24.313, de 28 de abril de 2023 e Lei Estadual nº 25.235, de 08 de maio de 2025. CONSIDERANDO que o art. 225 da Constituição Federal de 1988 assegura a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações; CONSIDERANDO que a Política Nacional de Meio Ambiente, instituída pela Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, estabelece como um de seus objetivos o desenvolvimento sustentável e o uso racional dos recursos ambientais, incentivando a adoção de tecnologias limpas e eficientes; CONSIDERANDO a Portaria nº 622, de 28 de junho de 2024, do Ministério dos Transportes, que estabelece diretrizes para a alocação de recursos em contratos de concessão rodoviária federais, com vistas ao desenvolvimento de infraestrutura resiliente, à mitigação das emissões de gases de efeito estufa (GEE) e à promoção da transição energética, em conformidade com as melhores práticas de sustentabilidade e resiliência às mudanças climáticas; CONSIDERANDO a Portaria nº 689, de 17 de julho de 2024, do Ministério dos Transportes, que disciplina os requisitos e procedimentos para enquadramento e acompanhamento de projetos de investimento prioritários no setor de infraestrutura rodoviária e ferroviária para fins de emissão de debêntures incentivadas e de infraestrutura, exigindo investimentos em mitigação de emissões de gases de efeito estufa, transição energética, adaptação da infraestrutura às mudanças climáticas e gestão dos impactos sobre povos e comunidades afetadas; CONSIDERANDO que a Lei Estadual nº 25.235, de 8 de maio de 2025, instituiu o Sistema de Infraestrutura de Transportes do Estado de Minas Gerais (SIT-MG) e criou a Agência Reguladora de Transportes do Estado de Minas Gerais (ARTEMIG), definindo as diretrizes e os componentes que orientam as políticas de infraestrutura e a regulação dos serviços de transporte no estado; CONSIDERANDO que, nos termos do art. 7º da Lei Estadual nº 25.235, de 2025, o SIT-MG abrange os seguintes sistemas: Sistema Estadual de Aeródromos, Sistema Estadual de Hidrovias, Sistema Estadual de Rodovias e Sistema Estadual de Transporte Ferroviário; CONSIDERANDO que a Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) do Brasil, no âmbito do Acordo de Paris, inclui metas específicas para o setor de transportes; CONSIDERANDO que o setor de transportes é um dos principais emissores de GEE no Brasil, sendo responsável por parcela significativa da emissão de poluentes atmosféricos, o que exige a adoção de medidas concretas para mitigar os impactos ambientais e promover uma matriz de transporte mais limpa e eficiente; CONSIDERANDO que os sistemas de infraestruturas de transportes estão cada vez mais vulneráveis aos efeitos das mudanças climáticas, como eventos climáticos extremos, inundações, deslizamentos e secas prolongadas, o que demanda ações de adaptação e investimento em infraestrutura resiliente; CONSIDERANDO que o Plano Estadual de Ação Climática de Minas Gerais (PLAC-MG) estabelece metas para a redução de emissões líquidas de GEE, com foco em ações de mitigação e adaptação que conduzam o estado à neutralidade climática, reforçando o papel estratégico do setor de transportes na transição energética e climática; CONSIDERANDO que a gestão dos impactos socioeconômicos das concessões sobre as comunidades diretamente afetadas é essencial para garantir justiça social, inclusão e participação dos diversos atores envolvidos no território; RESOLVE: Art. 1º Esta Resolução disciplina os requisitos obrigatórios e procedimentos para enquadramento e acompanhamento de projetos de investimento prioritários no âmbito do Sistema de Infraestrutura de Transportes do Estado de Minas Gerais (SIT-MG) para fins de emissão de debêntures incentivadas e de infraestrutura, nos termos da Portaria nº 689, de 17 de julho de 2024. . Art. 2º Para que os projetos de investimento no âmbito do SIT-MG possam ser enquadrados como prioritários para fins de emissão de debêntures incentivadas e de infraestrutura, eles devem contemplar ações integradas nas seguintes áreas: I-Mitigação de impactos ambientais; II-Adaptação e resiliência da infraestrutura frente às mudanças climáticas; e III- Instrumentos de gestão socioambiental dos impactos da infraestrutura, com observância e em conformidade ao processo de licenciamento ambiental e incluindo, quando aplicável, a realização de consulta às comunidades tradicionais, conforme previsto na legislação. Art. 3º Compete à Agência Reguladora de Transportes do Estado de Minas Gerais -ARTEMIG: I – editar e manter atualizados os atos normativos complementares a esta Resolução, a fim de estabelecer os critérios e instrumentos para o acompanhamento, fiscalização e mensuração dos resultados de sua aplicação, assegurando a transparência e a publicidade pertinentes; II – emitir, sempre que solicitada e no exercício da atribuição prevista no inciso XIII do art. 20 da Lei Estadual nº 25.235, de 2025, declaração técnica sobre o cumprimento do disposto no art. 5º da Portaria MT nº 689, de 17 de julho de 2024. Art 4º Fica revogada a Resolução SEINFRA nº 61, de 30 de dezembro de 2025. Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Belo Horizonte, 23 de janeiro de 2026.
Pedro Calixto Alves de Lima
Secretário de Estado Adjunto
Respondendo pela Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias de Minas Gerais

Breno Longobucco
Diretor Geral da Agência Reguladora de Transportes do Estado de Minas Gerais

22 2171326 - 1

Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública

Secretário: Rogério Greco

Expediente

EDITAL DE CHAMAMENTO

O Sr. Flávio Lúcio Santos, Presidente da Comissão designada para apurar os fatos constantes no Processo Administrativo Disciplinar nº 302/2021, de acordo com a PORTARIA DE INSTAURAÇÃO, PORTARIA/NUCAD/Cset-SEJUSP/PAD Nº 302/2021, expedida pelo Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, com extrato publicado no Diário Oficial de Minas Gerais do dia 19/08/2021, tendo em vista o disposto no artigo 225, parágrafo único da Lei Estadual nº 869 de 05 de julho de 1952, e considerando as infrutíferas tentativas de Intimação para audiência para prestar declarações na condição de Processado, INTIMA, durante 08 (oito) dias consecutivos, o servidor Henrique Cardoso Costa Mendonça, Masp 1.439.970-3, para tomar ciência da audiência designada para colher declarações como Processado no PAD 302/2021, a saber: Audiência dia 23/02/2026 (segunda-feira), às 10:00 horas, a qual será realizada por videoconferência por meio do aplicativo "google meet", ficando a Comissão à disposição através do endereço de e-mail: nucad7@gmail.com, a fim de, pessoalmente, tomar conhecimento, e ao qual deverá ser encaminhado o endereço eletrônico para encaminhamento do link para participação na audiência. Desta forma, fica intimado o servidor abaixo relacionado pelo presente mandado: HENRIQUE CARDOSO COSTA MENDONÇA MASP 1.439.970-3, Policial Penal. Divinópolis, Mg, 19 de janeiro de 2026.
Flávio Lúcio Santos
Masp: 1.435.448-4
Presidente da Comissão

19 2170220 - 1

RESOLUÇÃO SEJUSP Nº 18, DE 08 DE JANEIRO DE 2026.

Dispõe sobre promoção por escolaridade adicional ao servidor da carreira da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública. O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do §1º, do art. 93, da Constituição Estadual; e pelo art. 34, da Lei nº 24.313 de 28 de abril de 2023 e; Considerando o disposto no art. 15 da Lei nº 15.301, de 10 de agosto de 2004, e no arts. 3º, § 3º do Decreto 44.769, de 07/04/2008, bem como visando o cumprimento da determinação judicial contida nos autos do ProcessoJudicial nº 5002139-18.2024.8.13.0693, em que foi julgado procedente o pedido aviado na inicial, condenando o Estado de Minas Gerais a realizar a promoção por escolaridade adicional da parte autora, conforme critérios elencados na referida legislação. Resolve: Art. 1º - Revogar a Resolução SEJUSP Nº 872, de 18 de julho de 2023, publicada em 20 de julho de 2023; Resolução SEJUSP Nº 794, de 12 de junho de 2025, publicada em 13 de junho de 2025, que dispõem sobre promoção e progressão na carreira, a parte referente à servidora Kenikeli De Paula – MASP: 1392744/7, tendo em vista a concessão de Promoção por Escolaridade Adicional, em cumprimento ao ProcessoJudicial nº:5002139-18.2024.8.13.0693. Art. 2º - Conceder Promoções por Escolaridade Adicional na carreira da servidora, constante no anexo I desta Resolução, lotada na Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, em cumprimento ao supracitado Processo. Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 08 de janeiro de 2026.

ROGERIO GRECO
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública.

ANEXO I

Promoção por escolaridade Adicional na carreira de Analista Executivo de Defesa Social.							
MASP	NOME DO SERVIDOR	CARREIRA	DE		PARA		VIGÊNCIA
			NÍVEL	GRAU	NÍVEL	GRAU	
1392744/7	KENIKELI DE PAULA	ANEDS	I	D	II	A	02/01/2023
1392744/7	KENIKELI DE PAULA	ANEDS	II	A	III	A	02/01/2025

22 2171486 - 1

REMOVE “EX OFFICIO”, nos termos do art. 80 da Lei nº 869, de 5/7/1952, e do art. 3º, inciso I, da Resolução SEJUSP nº 1698, de 30/11/2023, o(a) servidor(a): MASP 1079521-9, DANIEL COSTA SALVIANO, referente ao cargo efetivoAgente de Segurança Socioeducativo, daAcademia Estadual de Segurança Publica, para aCoordenação de Planejamento Operacional, conforme motivações constantes no Processo Administrativo SEI nº 1450.01.0006798/2026-28. Belo Horizonte, 20 de janeiro de 2026.
ROGÉRIO GRECO
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

REMOVE “EX OFFICIO”, nos termos do art. 80 da Lei nº 869, de 5/7/1952, e do art. 3º, inciso I, da Resolução SEJUSP nº 1698, de 30/11/2023, o(a) servidor(a): MASP 1236340-4, ALEXANDRE FERREIRA SANTOS, referente ao cargo efetivoAgente de Segurança Socioeducativo, daAcademia Estadual de Segurança Publica, para aCoordenação de Planejamento Psicopedagógico, conforme motivações constantes no Processo Administrativo SEI nº 1450.01.0006801/2026-44. Belo Horizonte, 20 de janeiro de 2026.
ROGÉRIO GRECO
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

REMOVE “EX OFFICIO”, nos termos do art. 80 da Lei nº 869, de 5/7/1952, e do art. 3º, inciso I, da Resolução SEJUSP nº 1698, de 30/11/2023, o(a) servidor(a): MASP 1451152-1, BARBARA ISADORA THOMAZ CORDEIRO, referente ao cargo efetivoAgente de Segurança Socioeducativo, daAcademia Estadual de Segurança Publica, para aCoordenação de Planejamento Psicopedagógico,conforme motivações constantes no Processo Administrativo SEI nº 1450.01.0006800/2026-71. Belo Horizonte, 20 de janeiro de 2026.
ROGÉRIO GRECO
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

REMOVE “EX OFFICIO”, nos termos do art. 80 da Lei nº 869, de 5/7/1952, e do art. 3º, inciso I, da Resolução SEJUSP nº 1698, de 30/11/2023, o(a) servidor(a): MASP 1101445-3, IVAN PINHEIRO LIMA, referente ao cargo efetivoAgente de Segurança Socioeducativo, daCoordenação de Planejamento Psicopedagógico, para a Coordenação de Planejamento Operacional, conforme motivações constantes no Processo Administrativo SEI nº 1450.01.0006408/2026-82. Belo Horizonte, 20 de janeiro de 2026.
ROGÉRIO GRECO
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

22 2171733 - 1

PORTARIA SULOT Nº 1/2026, DE 21 DE JANEIRO DE 2026
O SUBSECRETÁRIO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, LOGÍSTICA E TECNOLOGIA, André de Andrade Ranieri, no cumprimento dos deveres e atribuições estabelecidos pela Lei Federal nº. 14.133/2021, Lei Estadual nº. 14.184/2002, Lei Estadual nº. 13.994/2001, Decreto Estadual nº. 45.902/2012 e Resolução SEJUSP nº 41/2021, alterada pela Resolução SEJUSP Nº 155, de 24 de junho de 2021, considerando a apuração realizada e noticiada na Nota Técnica nº 4/SEJUSP/DMP - NAE/2025 (127390418), RESOLVE: Art. 1º. Determinar a instauração de Processo Administrativo Punitivo em desfavor da empresa PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA, CNPJ: 73.856.593/0010-57, sediada na Avenida Engenheiro Darcy Nogueira do Pinho, 3201, Galpão 05, Armz 01, Bairro Vila Cristina, Betim/ MG, CEP: 32.675-515, durante a vigência do contrato nº 47/2025 - 125511042, para: I - apurar suposta responsabilidade por descumprimento contratual, em razão do gravíssimo atraso, até então, na entrega dos medicamentos relativos à categoria “COMPRÁ CENTRAL - MEDICAMENTOS IIR”, conforme estabelecido no Registro de Preços nº 138/2024, Planejamento nº 119/2024, situação que inviabilizou a aquisição dos itens rigorosamente planejados pela Administração, em afronta às disposições da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo único. O suposto ilícito administrativo enquadra-se nos incisos VI do art. 3º e II e V do art. 4º da Resolução N. 49 GAB. SEAP, de 23 de outubro de 2017, e incisos I, II e III do art. 155 da Lei Federal nº. 14.133/2021, sendo puníveis com as sanções administrativas previstas no art. 156 a 158 da Lei Federal nº. 14.133/2021. Art. 2º. Para tanto, CONVOCA-SE, desde já, a Comissão Processante Permanente da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – CPP/SEJUSP para instrução, processamento e conclusão de todo o procedimento, conforme as Resoluções SEAP nº 001/2017, nº 049/2017 e demais normativas correlatas.

Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.

Belo Horizonte, 21 de janeiro de 2026.

André de Andrade Ranieri
Subsecretário de Gestão Administrativa, Logística e Tecnologia
Assinado em 21/01/2026

22 2171425 - 1

ATO 00039/2026 – Redução de Jornada de Trabalho para Servidor Responsável por Excepcional concede redução de carga horária de trabalho, para vinte horas semanais, em cumprimento do Mandado de Segurança nº 5014030-25.2023.8.13.0223, nos termos do art. 1º da Lei nº 9.401, de 18/12/1986, por 06 meses, ao servidor relacionado: MASP: 1.173.826-7 RENATA DUARTE, a contar da data de publicação.

Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

22 2171404 - 1

EXTRATO DE PORTARIA/NUCAD/
CSET - SEJUSP/PAD Nº 101/2026

Processo Administrativo Disciplinar. Processado: J.P.C.M. - MaSP 1.XX0.X08-0, Policial Penal. Comissão Processante: Presidente: Francisco Luiz Cosmo Pinheiro; Membros: Ailb Abrão Oliveira Júnior e Jasiel Guimarães Duque de Carvalho. Belo Horizonte, SEJUSP, 22 de janeiro de 2026.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

EXTRATO DE PORTARIA/NUCAD/
CSET - SEJUSP/PAD Nº 102/2026
Processo Administrativo Disciplinar. Processado: T.V.S.R. - MaSP. 1.xx7.x36-4, Policial Penal. Comissão Processante: Presidente: Cristiano Augusto Vieira Dias; Membros: Ulysses Vilasboas Silva e Ivan Andrade de Souza.

Belo Horizonte, SEJUSP, 22 de janeiro de 2026.

Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

EXTRATO DE PORTARIA/NUCAD/
CSET - SEJUSP/PAD Nº 103/2026
Processo Administrativo Disciplinar. Processados: S.S.B. - MaSP. 1.XX5.X10-5 e V.G.S. MaSP. 1.XX1.X81-7, Policiais Penais. Comissão Processante: Presidente: Bruno Fernandes Rodrigues; Membros: Luis Otávio Pimenta Cruz e Michelle Cristine Ribeiro Lacerda Vieira.

Belo Horizonte, SEJUSP, 22 de janeiro de 2026.

Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

EXTRATO DE PORTARIA/NUCAD/
CSET - SEJUSP/PAD Nº 104/2026
Processo Administrativo Disciplinar. Processado: D.T.A. - MaSP 1.XX0.X38-3, Policial Penal. Comissão Processante: Presidente: Ednilson Pereira Viana; Membros: Rainhane Lúcia Mota Silva e Wandir Oliveira Morais Filho.

Belo Horizonte, SEJUSP, 22 de janeiro de 2026.

Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

EXTRATO DE PORTARIA/NUCAD/
CSET - SEJUSP/PAD Nº 105/2026
Processo Administrativo Disciplinar. Processada: S.M.C. MaSP. 1.XX1.X08-5, Analista Executiva de Defesa Social. Comissão Processante: Presidente: Savano Junger Froede; Membros: Antônio Rodolpho Junger Filho e Arthur Coutinho Silva.

Belo Horizonte, SEJUSP, 22 de janeiro de 2026.

Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

EXTRATO DE PORTARIA/NUCAD/
CSET - SEJUSP/PAD Nº 106/2026
Processo Administrativo Disciplinar. Processados: A.R.S. - MaSP 1.XX2.X66-6 e L.P.F.S. - MaSP 1.XX2.X44-4, Policiais Penais. Comissão Processante: Presidente: Jefferson Luis Silva Santos; Membros: Luis Henrique da Costa e André Luis Martins Sousa.

Belo Horizonte, SEJUSP, 22 de janeiro de 2026.

Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

EXTRATO DE PORTARIA/NUCAD/
CSET - SEJUSP/PAD Nº 107/2026
Processo Administrativo Disciplinar. Processado: R.C.B. - MaSP 1.XX0.X13-2, Policial Penal. Comissão Processante: Presidente: Sheila Santos Osman; Membros: Lúcia Barreto da Motta Messano e Juscelino Domingos Rodrigues.

Belo Horizonte, SEJUSP, 22 de janeiro de 2026.

Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

EXTRATO DE PORTARIA/NUCAD/
CSET - SEJUSP/PAD Nº 108/2026
Processo Administrativo Disciplinar. Processado: I.D.P. - MaSP 1.XX4.X57-8, Policial Penal. Comissão Processante: Presidente: Guilherme Rasmussen Codinhoto; Membros: Denis José Antônio de Souza e Duarte Carvalho Minighin.

Belo Horizonte, SEJUSP, 22 de janeiro de 2026.

Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

EXTRATO DE PORTARIA/NUCAD/
CSET - SEJUSP/PAD Nº 109/2026
Processo Administrativo Disciplinar. Processado: R.O.S. - MaSP 1.XX9.X23-4, Policial Penal. Comissão Processante: Presidente: Reginaldo Cotta Miorini; Membros: Márcio da Silva Pinto e Ozeias Nascimento de Paula.

Belo Horizonte, SEJUSP, 22 de janeiro de 2026.

Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

EXTRATO DE PORTARIA/NUCAD/
CSET - SEJUSP/PAD Nº 110/2026
Processo Administrativo Disciplinar. Processado: T.I.T. - MaSP 1.XX6.X81-9, Policial Penal. Comissão Processante: Presidente: Warlen Fernandes Ferreira; Membros: Fernando Rodrigues Costa e Jeanmichel Silva Santos.

Belo Horizonte, SEJUSP, 22 de janeiro de 2026.

Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

EXTRATO DE PORTARIA/NUCAD/
CSET - SEJUSP/PAD Nº 111/2026
Processo Administrativo Disciplinar. Processados: C.E.S. - MaSP 1.XX3.X47-4 e R.S.S. - MaSP 1.XX8.X63-1, Policiais Penais. Comissão Processante: Presidente: Sânzio Andrade Rodrigues; Membros: Mônica Esteves Pereira e Moreira e Joyce Pinheiro de Oliveira.

Belo Horizonte, SEJUSP, 22 de janeiro de 2026.

Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

EXTRATO DE PORTARIA/NUCAD/
CSET - SEJUSP/PAD Nº 112/2026
Processo Administrativo Disciplinar. Processados: W.A.C. - MaSP. 1.XX3.X79-9 e J.M.O. - MaSP 1.XX8.X04-4, Policiais Penais. Comissão Processante: Presidente: William Matheus Soares Goulart; Membros: Andreia Luiza de Araújo e João Paulo Damas Neto. Belo Horizonte, SEJUSP, 22 de janeiro de 2026.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública



Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/Autenticidade>, sob o número 320260123971587987.